JORNAL DA
AdUFRJ

Nº 1091 ▪ 12 de julho de 2019 ▪ www.adufrj.org.br ▪ TV ADUFRJ: youtube.com/adufrj



ELISA MONTEIRO

CONAD Com o tema "Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas", 64ª edição do Conad ocorre em Brasília. **Página 7**

MEC QUER MUDAR "GESTÃO" DAS UNIVERSIDADES

Página 6

REFORMA SEM SAÍDA

TRANSIÇÃO
Para quem não cumpriu tempo para aposentadoria com base nas regras atuais, novas regras dificultam obtenção do benefício

ACUMULAÇÃO
PEC apresenta novo limite para as acumulações de aposentadorias permitidas pela Constituição, reduzindo o valor do conjunto dos benefícios

PENSÕES
Benefício é reduzido a apenas **50%** do valor, mais **10%** por dependente, até o limite de **100%**. Com o fim de cada dependência, cessa a cota respectiva.

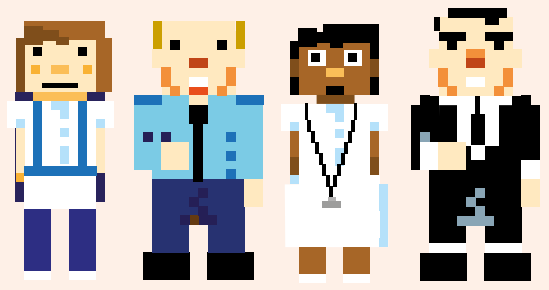
IDADE MÍNIMA
Idades mínimas para aposentar aumentam progressivamente até **2031**: de **60 para 65 anos** (homens). E de **55 para 62 anos** (mulheres)

TEMPO
A aposentadoria por tempo de contribuição cai de **35** (homens) e **30** (mulheres) para **25 anos**. Mas um sistema de pontos prejudica a obtenção do benefício máximo

ALÍQUOTA
Ficará progressivo, de acordo com o salário. Para quem recebe acima de **R$ 5,8 mil**, desconto vai superar o atual desconto, fixado em **11%**

> Aposentadorias e pensões dos professores universitários foram profundamente atingidas pelo projeto de Reforma da Previdência, aprovado pela Câmara na última quarta-feira.

Páginas 4 e 5



EDITORIAL

APATIA E REFORMA

DIRETORIA DA ADUFRJ

O furacão, que por alguns meses pareceu dirimir-se em águas mais frias, chegou à costa com força redobrada: por 379 votos a favor e 131 contrários, a reforma da previdência foi aprovada no 1º turno com sobras. No momento da escrita desse texto ainda não há definição no 2º turno, mas nada indica que será muito diferente, e rumamos então para uma ingrata batalha no Senado. Favas contadas?

Talvez não. Mas não é fácil estar otimista nesse momento, pois desgraçadamente estamos sem nosso principal aliado: o povo. Pesquisas de opinião mostram um empate técnico entre pessoas favoráveis e contrárias à reforma, evoluindo de um posicionamento anti-reformista há dois meses. A greve geral do dia 14 de junho foi morna: os servidores até fizeram bonito, mas não conseguimos levar as outras classes para as ruas. A sociedade simplesmente não se comoveu nem com o retardo nem com a diminuição de sua aposentadoria, causando um certo misto de perplexidade e "complexo de avestruz" no movimento sindical estabelecido.

As razões para tal apatia são – evidentemente – substancialmente complexas, mas há alguns elementos que podemos expor brevemente aqui. Em primeiro lugar, nós perdemos a capacidade de falar para o trabalhador preocupado com o dia de amanhã. Entre sonhos de revolução socialista e preleções eruditas sobre a atual conjuntura, perde-se noss@ companheir@ que não sabe nem se volta ao emprego no mês que vem. Além disso, fomos pouco além do "não" à reforma. Ao falar de previdência, deveríamos estar conversando sobre mudanças climáticas, automação robótica, taxas de natalidade em queda livre, etc. No entanto, acabamos ficando reféns de um discurso superficial, que confinou o debate a chavões e palavras de ordem, afastando os mais neutros do debate. A nossa dificuldade em propor algo alternativo foi flagrante, e nos encalacrou na nossa "bolha" de vez. Por fim, é necessário salientar que, para além de nossa insuficiência, havia um adversário formidável: a mitologia da necessidade de uma reforma draconiana passou décadas sendo incutida no ideário popular (de todas as classes), preparando o terreno para a propaganda oficial cristalizá-la como verdade quase científica.

A previdência é um tema difícil e delicado. Ela requer que imaginemos a vida daqui a 20, 30, 40 anos, num mundo que daqui a 10 anos pode ser radicalmente diferente. A previdência nos coloca o difícil exercício de imaginar o que queremos para o Brasil, mas fomos pegos numa crise de inspiração. Isso infelizmente abriu espaço para uma reforma imediatista e torta, entregue ao congresso por um presidente que já afirmou que sua prioridade é "destruir".

REPRODUÇÃO DA CAPA DO NÚMERO ANTERIOR DO JORNAL DA ADUFRJ



OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

DINHEIRO PARA VOTOS. CORTES PARA EDUCAÇÃO

■ A decisão do governo de liberar

R$ 2,55 bilhões

em emendas parlamentares às vésperas da votação da reforma da Previdência revoltou professores e estudantes. Enquanto isso, o orçamento da Educação segue contingenciado.

EU ♥ UNIVERSIDADE PÚBLICA

EU DEFENDO A EDUCAÇÃO

CONHECIMENTO SEM CORTES

AGENDA

21 A 27/07

REUNIÃO DA SBPC

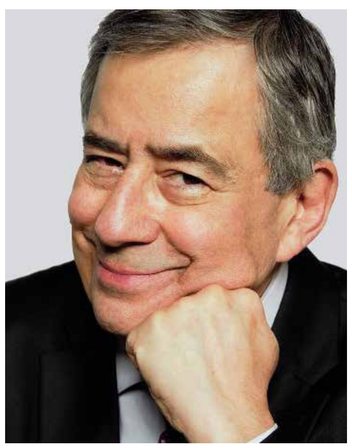
Encontro será na UFMS, em Campo Grande (MS)

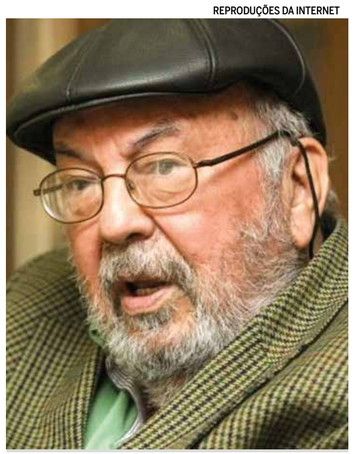
IMAGEM DA SEMANA

PAULO HENRIQUE AMORIM E CHICO OLIVEIRA: PRESENTES !

■ Foi uma semana de perdas para o pensamento progressista. Na quarta-feira, um enfarte fulminante silenciou o jornalista Paulo Henrique Amorim, 76 anos, uma das vozes inquietas contra as arbitrariedades que dominam a política contemporânea. Ex-aluno do Colégio de Aplicação da UFRJ nos anos 60, onde dirigiu o jornal local, Paulo Henrique passou pelas principais redações da imprensa brasileira. Outra perda imensurável foi a do sociólogo Francisco de Oliveira, 85 anos, professor da USP e Doutor *Honoris Causa* pela Instituto de Economia da UFRJ. Na última quinta-feira, o Conselho Universitário da UFRJ (Consuni) aprovou moção de pesar pelas duas mortes.

REPRODUÇÕES DA INTERNET





"UFRJ não tem nenhum centavo para investimento"

> Em apresentação ao Conselho Universitário, pró-reitoria de Planejamento e Finanças apresenta dificuldades orçamentárias da universidade e os possíveis cenários de déficit até o fim de 2019

KELVIN MELO
kelvin@adufrj.org.br

A reitoria da UFRJ trabalha com quatro cenários orçamentários até o fim deste ano. Todos são deficitários. No pior deles, a instituição chegaria ao final de 2019 com um passivo de R$ 247 milhões. No melhor, o saldo negativo ficaria em R$ 77 milhões. A variação entre os números depende do êxito de medidas internas para o aperfeiçoamento da gestão e, principalmente, da liberação de recursos por parte do governo.

Hoje, a instituição sequer está autorizada a gastar a parte não bloqueada do orçamento, em torno de R$ 78 milhões. "O quadro é dramático. Não temos limite de empenho. O que significa que não temos como indicar o pagamento de nenhuma despesa", disse o professor Eduardo Raupp, pró-reitor de Planejamento e Finanças.

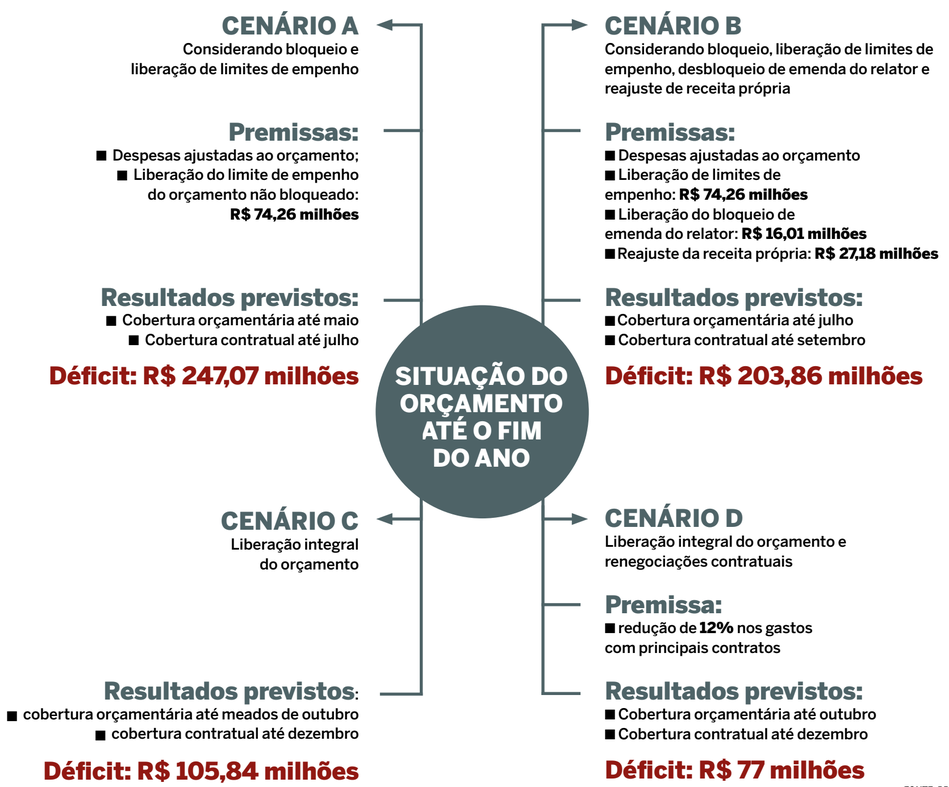
Em apresentação ao Conselho Universitário na quinta-feira, Raupp explicou que a UFRJ só está com as despesas cobertas até abril – com exceção da conta de energia, paga apenas até janeiro. Por lei, as empresas podem ficar no máximo 90 dias sem receber, antes de paralisarem os serviços. No limite, é o que pode começar a ocorrer ao fim deste mês de julho.

Todas as projeções já levam em consideração um ajuste contábil feito pela nova gestão, que reduziu o déficit em R$ 50 milhões. A atualização suprimiu valores de serviços ou compras não realizados ou realizados por menos que o estimado: "Não cortamos nada. Nós trouxemos o orçamento estimado para um orçamento real", explicou o pró-reitor.

A administração também reivindica junto ao MEC o reajuste dos gastos com receita própria. Para este ano, o governo rebaixou a média histórica da UFRJ, acima de R$ 50 milhões, para R$ 34 milhões. Hoje, se a universidade consegue recursos por meio de algum projeto, o dinheiro não pode ser utilizado, pois o limite autorizado foi superado. Outro desafio é desbloquear uma emenda de R$ 16 milhões do relator da Lei Orçamentária deste ano. "Os R$ 16 milhões são fruto de um ajuste feito com o final do Reuni. Como houve um desequilíbrio para as universidades maiores, foi negociada uma reposição via emenda do relator. Mas ela foi bloqueada desde o primeiro dia do ano", explicou Raupp.

"A ideia é levar esta mesma apresentação ao MEC e mostrar que a liberação integral do orçamento nos permite uma gestão mais eficaz", informou o dirigente. "Não estamos pedindo nenhuma suplementação. Estamos pedindo o que estava previsto na Lei Orçamentária Anual de 2019. Assim, conseguimos chegar ao final de outubro com todos os pagamentos e nos garantimos, contratualmente, até dezembro", completou.

A expectativa da reitoria é, na melhor das hipóteses, reduzir o passivo da universidade em torno de R$ 25 milhões a cada ano e entregar à próxima gestão as contas no azul. Ou seja, sem restos a pagar.



FONTE: PR-3

APERFEIÇOAR GESTÃO

Na reunião do Consuni, o pró-reitor Eduardo Raupp anunciou algumas medidas para buscar novas fontes de receita própria ou para modernizar a gestão. Uma delas, conforme antecipada em entrevista com o vice-reitor Carlos Frederico, na edição anterior do **Jornal da Adufrj**, será a retomada da função planejamento dentro da pró-reitoria, com a criação de uma superintendência específica.

Um dos problemas apontados foi o "fracionamento" das compras de um mesmo material. Pela Lei das Licitações, é possível aos gestores fazerem contratações sem licitações até R$ 17 mil. Mas a reitoria e várias unidades comprando resmas de papel separadamente, por exemplo, podem estourar este limite – os órgãos de controle analisam a gestão conjunta da universidade.

Outra meta até o fim de 2019 é a implantação integral do SEI - um sistema eletrônico de gestão de documentos homologado pelo governo federal. "Ele viabiliza a universidade sem papel. Hoje, 80% dos procedimentos da PR-4 (pró-reitoria de Pessoal) são via SEI. Mas só lá. Outras universidades já têm o SEI instalado para tudo", afirmou Raupp." Isso significa que, do meu celular, posso despachar memorando ou olhar um processo. Posso ter mais de uma pessoa trabalhando simultaneamente um processo".

EMENDA PARLAMENTAR

Um ponto fraco da universidade tem sido a execução orçamentária de emendas parlamentares. O caso mais emblemático é referente ao Museu Nacional. Em um esforço feito junto à bancada do Rio de Janeiro, foi obtida uma emenda de R$ 55 milhões. Mesmo com o contingenciamento, a instituição teve R$ 43 milhões liberados. "Estamos em julho, e a universidade não conseguiu empenhar nenhum recurso", lamentou Raupp. "Depende de projetos técnicos, queremos dar prioridade máxima para isso. Teoricamente, estas emendas impositivas precisam ter uma execução de 20% pelo menos para serem renovadas. Achamos difícil executar, mas queremos licitar pelo menos 20%".

Os conselheiros se manifestaram sobre as propostas. Diretor do Museu Nacional e estreando no Consuni como representante do Fórum de Ciência e Cultura, o professor Alexander Kellner teme que a não utilização dos recursos se transforme em uma arma contra a UFRJ. "Nós não estamos bem na fita". Kellner solicitou à reitoria urgência na resolução do problema. A professora Juliana Braga, representante dos professores adjuntos do CT, solicitou cuidado da administração com a manutenção das atividades-fim da UFRJ. "Esta reitoria foi eleita não só para manter a universidade em funcionamento, mas para garantir que ela continue como instituição de excelência".

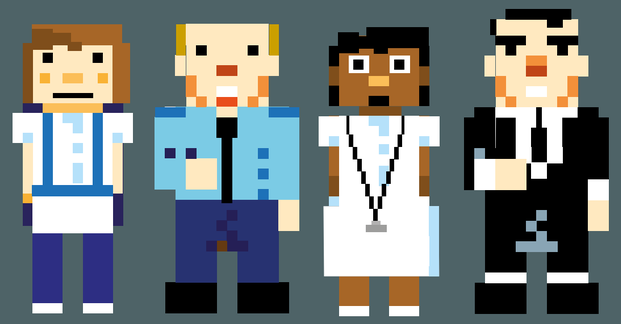
GOVERNANÇA

Na mesma sessão do Consuni, houve a apresentação da área de Gestão e Governança. O pró-reitor André Esteves, um dos nomes que permaneceram da reitoria anterior, mostrou o que estava sendo feito. "Dos nossos mais de 200 permissionários, falta regularizar apenas a situação de quatro ou cinco", disse.

Esteves também traçou algumas metas. Entre elas, a otimização de gestão do patrimônio. Falou sobre a necessidade de se aprimorar o controle sobre bens móveis da universidade e deu como exemplo uma cadeira, que alguém muda de lugar, depois de sala, e que pode ser levada para outra unidade. "Quando vamos fazer um inventário, onde está esse bem?", questionou.

Capacitação de pessoal na área e ampliação dos serviços de alimentação – como um restaurante universitário em Macaé – foram outras diretrizes divulgadas.

SEXTA-FEIRA, 12-7-2019



OS DOCENTES NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrj.org.br

Os professores das universidades federais serão profundamente atingidos pela reforma da Previdência. "O caso dos docentes universitários é complexo em função das regras de transição acumuladas. Mas as perdas são claras", diz a advogada da AdUFRJ, Ana Luisa Palmisciano. "Especialmente em relação às pensões a ao acúmulo de benefícios", acrescenta.

A assessoria jurídica explica que dois pilares da aposentadoria serão modificados em prejuízo dos professores: as condições para se aposentar e o cálculo do valor final. O tempo total aumenta. Já os benefícios encontram mais obstáculos e menores retribuições, ficando mais distantes dos valores recebidos na ativa. As alíquotas ficam mais pesadas, inclusive para aposentados. As pensões sofrem grandes perdas.

As condições especiais da docência universitária, como o ingresso mais tarde na carreira, em função do investimento na titulação são ignorados. "O foco das reformas é sempre em quem está contribuindo. Não existe uma discussão sobre como reaver valores como os devidos por empresas ou perdidos por corrupção", critica a advogada, em relação aos devedores da Previdência.

O QUE MUDA AFINAL?

Ana Luisa Palmisciano explica que, para se aposentar, os professores devem preencher cinco requisitos: a idade mínima, o tempo de contribuição, o tempo de serviço público, tempo no cargo e um somatório de idade com tempo de contribuição. O texto-base proposto não toca nos tempos de serviço público (10 anos) e de permanência no cargo (5 anos). Porém, eleva as idades mínimas dos homens, de 60 para 65 anos. E de 55 para 62 anos, no caso das mulheres.

Ainda pela proposta, o tempo de contribuição cai de 35(H)/30(M) para 25 anos. Mas a equação se ajusta, no último item, o cálculo da pontuação. O somatório da idade e do tempo de contribuição que começa em 86 para mulheres e 96 para homens sobe até atingir, respectivamente, 100 e 105.

Ao pé da letra, os docentes passarão a ter direito a 60% do valor do salário na aposentadoria somente depois de 20 anos de contribuição. "A partir daí, haveria acréscimo de dois pontos percentuais para cada ano. Ou seja, para alcançar o total de 100% do que ganha, na prática, são mais 20 anos de trabalho, totalizando 40 anos", diz a advogada.

Em uma projeção hipotética, um professor que ingressasse na docência universitária aos 30 anos trabalharia até os 70 anos para alcançar a totalidade do provento. Um docente que só começasse na carreira aos 40 anos, só alcançaria o total do percentual aos 80 anos. Com a obrigatoriedade para se aposentar aos 75 anos, não teria direito à paridade.

REGRAS DE TRANSIÇÃO

A advogada destaca, contudo, que a maioria da categoria entra na regra de transição. "Nesse caso, pelo atual texto da PEC, os servidores que não tenham cumprido ainda tempo para aposentadoria com base nas regras atuais terão que cumprir 35 anos de contribuição e as servidoras, 30 anos", diz. "A idade mínima estipulada é de 56 anos para mulher e 61 anos para homens, passando a 57 e 62, respectivamente, a partir de 2022", completa.

Os servidores admitidos antes de 31/12/2003, mantêm o direito à integralidade e paridade em duas hipóteses. Na PEC original, além de tempo de contribuição e demais requisitos (tempo no serviço público e no cargo), o servidor deveria atingir 62 anos de idade, se mulher, e 65 anos, se homem. Assim a integralidade e a paridade de reajustes são garantidas mediante o pagamento do pedágio e ao alcance da idade mínima mais reduzida (57 e 60 anos, ou 55 e 58, para professores federais), além dos demais requisitos.

A Comissão também estabeleceu regras diferentes para a transição quanto ao valor dos proventos dos servidores admitidos pela União após 31 de dezembro de 2003. Para esses servidores, a PEC original previa unicamente a hipótese de aplicação da regra geral de cálculo do valor da aposentadoria (60% + 2% ao ano), e que a Comissão manteve na hipótese do sistema de pontos. Porém, a segunda alternativa de transição permite que o provento de aposentadoria seja de 100% da média com menos do que 40 anos de contribuição, desde que o servidor atinja a idade mínima, pague o pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição faltante e atenda os demais requisitos.

DESCONTOS MAIORES PARA TODOS

As alíquotas de contribuição ficam mais salgadas. Elas serão progressivas e aplicadas apenas sobre a parcela de salário que se enquadrar em cada faixa. Por exemplo, a alíquota é de 14% sobre o valor entre R$ 5.839,46 e R$10 mil, mas a alíquota efetiva (percentual médio sobre todo o salário) vai variar de 11,68% a 12,86. Já a faixa salarial entre R$ 10 mil e R$ 20 mil sofrerá uma mordida de 16,5%, mas a alíquota efetiva ficará entre 12,86% e 14,68%. A medida alcança aposentados e demais docentes que já preenchem os requisitos para aposentadoria.

Confira a tabela completa no quadro ao lado

ACUMULAÇÃO ESCALONADA

A PEC apresenta ainda um novo limite para as acumulações de aposentadorias permitidas pela Constituição (caso de professores e de profissionais de saúde. Pela tabela, o servidor só pode acrescentar ao benefício mais vantajoso, 80% do segundo benefício, quando o valor for igual ou inferior a um salário mínimo, 60% quando o valor exceder a um salário mínimo, até o limite de 2 salários mínimos, 40% do valor que exceder a 2 salários mínimos e até o limite de 3 salários mínimos,20% do valor que exceder a 3 salários mínimos, até o limite de 4 salários mínimos e, finalmente, 10% do valor que exceder quatro salários mínimos.

PENSÕES: MAIOR ATAQUE

Para a advogada as perdas nas pensões são as mais agressivas. "Atualmente, o beneficiado recebe até 100% do teto do RGPS (regime de previdência geral), acrescido de 70% parcela da remuneração que ultrapassa esse limite. O que estão propondo é apenas 50% do valor, mais 10% por dependente", justifica.

EBTT

Para o professor da educação básica, os requisitos para aposentar serão: 51 anos de idade, se mulher, e 56 anos de idade, se homem, na data de promulgação desta Emenda à Constituição; 25 anos de contribuição, se mulher, e 30 anos de contribuição, se homem, na data de promulgação desta Emenda à Constituição; e 52 anos de idade, se mulher, e 57 anos de idade, se homem, a partir de 1º de janeiro de 2022.

FUNPRESP

"Quem ingressou depois da criação da previdência complementar terá que cumprir os requisitos de idade, tempo de contribuição e pontuação. O benefício será limitado ao teto do INSS", alerta a advogada. E a remuneração de todos os benefícios seguirá a regra geral: 60% da média a partir de 20 anos de contribuição com acréscimo de 2% ao ano até o máximo de 100%.

DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO

A desconstitucionalização de algumas regras previdenciárias, ou seja, a retirada de temas previdenciários do corpo da Constituição Federal foi mantida, como a definição do tempo de contribuição e demais critérios de concessão da aposentadoria pelo RPPS da União de servidores com deficiência, por exemplo.

MORDIDA MAIOR

Faixa salarial (R$)	Alíquota efetiva (%)
Até 1 salário mínimo	7,5
998,01 a 2.000,00	7,5 a 8,25
2.000,001 a 3.000,00	8,25 a 9,5
3.000,01 a 5.839.45	9,5 a 11,68
5.839,46 a 10.000,00	11,68 a 12,86
10.000,01 a 20.000,00	12,86 a 14,68
20.000,01 a 39.000,00	14,68 a 16,79
Acima de 39.000,00	16,79

COMO É ATUALMENTE

60 anos para homens e **55 anos** para mulheres

Mínimo de **35/30 anos** de contribuição

10 anos no serviço público

5 anos no cargo

PROPOSTA APROVADA

65 anos para homens e **62 anos** para as mulheres

Mínimo de **25 anos** de contribuição

10 anos no serviço público

5 anos no cargo

REGRAS DE TRANSIÇÃO

(para quem não tenha cumprido ainda tempo para aposentadoria)

61 anos para homens e **56 anos** para as mulheres
(para quem vai se aposentar até 2022)

62 anos para homens e **57 anos** para as mulheres
(para quem vai se aposentar a partir de 2022)

Mínimo de **20 anos** de serviço público

5 anos no cargo

ECONOMISTAS AVALIAM MUDANÇAS

Para a professora do Instituto de Economia da UFRJ Esther Dweck, o texto-base da reforma aprovado na quarta-feira leva a dois impactos importantes para o professor universitário: o valor do benefício será menor e alíquota de contribuição a ser paga por ativos e inativos vai aumentar.

"Vai ter um aumento da alíquota para quem está mais acima na carreira. Para os que entraram a partir de 2004, haverá um impacto importante na fórmula do cálculo do benefício: em vez de a base de cálculo de 80% dos maiores salários recebidos, será em cima dos 100% dos salários recebidos. Quem começou contribuindo com valores baixos, como professor substituto ou na iniciativa privada, tende a ter uma perda muito maior na aposentadoria na hora de fazer o cálculo. Isso vale inclusive para quem entrou depois de 2013. Quem entrou antes vai ser afetado pela idade mínima e, com certeza, vai ter afetado o prazo mínimo para a aposentadoria", disse.

Desde a reforma de 2013, explica Dweck, quando foi feita a última mudança para os novos servidores, o regime próprio funcionalismo já estava basicamente equacionado no médio prazo.

"Sabemos que o grande objetivo do atual governo é o desmonte da universidade pública e de qualidade como temos hoje. Porque a universidade representa um potencial de pensamento não hegemônico, permite ter um espaço de pensar o país e é justamente o que o atual governo não quer nesse momento", disse.

Já na avaliação da professora do Instituto de Economia Denise Gentil, a reforma aprovada em primeiro turno "decretou o fim da Seguridade Social". Segundo ela, a contribuição tripartite entre empregador, Estado e trabalhador passa a inexistir, pois a responsabilidade da contribuição será exclusiva dos trabalhadores para a manutenção do regime de Previdência.

"A contribuição patronal deixará de existir após as condições impostas ao mercado de trabalho pela Reforma Trabalhista. A reforma da Previdência deu o golpe de misericórdia. Fez a separação contábil dos gastos das três áreas seguridade social (saúde, assistência social e previdência social)", afirmou.

Para Denise Gentil, a situação é catastrófica, pois a reforma da Previdência ataca os pobres, a classe média e os servidores, "deixando os ricos como intocáveis". "A estimativa de economia com a reforma aprovada caiu para a casa dos R$ 990 bilhões em dez anos, porém 83% dessa economia será retirada dos direitos de quem ganha até R$ 2 mil", completou.

De acordo com a professora, o governo poderia tributar a distribuição de dividendos e a riqueza gerada no mercado financeiro ou elevar a alíquota do imposto de renda, mas preferiu atingir os mais vulneráveis, como deficientes físicos, inválidos, viúvas, os que recebem abono salarial e trabalhadores urbanos pobres.
(Ana Paula Grabois)

Future-se: MEC quer minguar financiamento de universidades

> O projeto, de cunho privatista, pretende reduzir o orçamento da União para as instituições e implantar a captação de recursos privados. Está em estudo modelo australiano de capitalização

ANA BEATRIZ MAGNO E ANA PAULA GRABOIS
comunica@adufrj.org.br

FERNANDO SOUZA



O Ministério da Educação deve apresentar na próxima terça-feira, 16, um amplo projeto de reforma da gestão das universidades federais com um forte viés privatista. Os reitores e pró-reitores de Planejamento das universidades federais foram convidados a conhecer a proposta. O plano é chamado de Future-se e sua elaboração foi confirmada pelo MEC ao **Jornal da AdUFRJ**.

Nas últimas semanas, partes do projeto foram apresentadas a alguns docentes. A ideia é reduzir significativamente os repasses da União para custeio e investimento nos campi e ampliar os modelos de captação de recursos privados, via lei de inovação.

A equipe do MEC estuda o modelo australiano, cujo matriz se parece com o FIES. Os australianos não pagam a graduação durante o curso. Ao se formarem, começam a pagar de acordo com sua renda. A Austrália tem 46 universidades, 24 milhões de habitantes e o terceiro maior IDH do mundo.

Está em estudo também a criação de organizações sociais que seriam contratadas para prestar serviços à universidades. As instituições de ensino e pesquisa também poderiam demitir e contratar pessoal, principalmente o corpo técnico. Está em análise ainda a criação de uma espécie de EBSERH das universidades, focada na contratação de técnicos via CLT.

Tratado no MEC como uma alternativa para reduzir os repasses da União para as universidades sob o discurso de "fortalecimento da autonomia financeira", o chamado Future-se foi confirmado na quarta-feira pelo secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior. "Não há cursos gratuitos, os pagadores de impostos pagam por esse cursos", disse o secretário em entrevista ao Jornal Valor Econômico, durante evento em Brasília que tinha como tema central a educação na Austrália.

A ideia do MEC, segundo técnicos do próprio Ministério, é enxugar ao máximo o orçamento da União, "flexibilizando a gestão" de forma a permitir que as universidades atuem como empresas. Além de poder demitir pessoal, a universidade poderia captar recursos a partir da prestação de serviços e de contratos com empresas privadas. O plano, em linhas gerais, congelaria os recursos da União em patamares baixos, o que limitaria o gasto com investimentos estruturais, projetos e pesquisas .

As primeiras críticas indicam temor de que a proposta aumente as desigualdades entre as universidades federais pelo país, dando fôlego aos centros de excelência e deixando em situação precária as universidades menores com poucas condições de captar dinheiro privado.

Até o momento, as comunidades universitária e científica do país têm poucas informações sobre o plano. Integrantes de entidades como Andifes, SBPC e comitês da Capes, por exemplo, não sabem nada além de que existe um projeto no MEC de reforma das universidades. E sequer foram consultados.

Oficialmente, o MEC informou que existem estudos preliminares para o Ensino Superior, embora não tenha divulgado quais são seus principais eixos. Desde que assumiu como ministro da Educação, Abraham Weintraub tem demonstrado seu apreço ao ensino superior privado. No mês passado, ao discursar na abertura do Congresso Brasileiro da Educação Superior Particular, em Belo Horizonte, o ministro defendeu o crescimento do ensino privado. Na ocasião, ele disse que o MEC vai dar ao ensino privado superior "liberdade para produzir e trabalhar", completando que o ministério será um "aliado nesse processo".

As universidades federais, por outro lado, sofreram cortes médios de 30% no orçamento deste ano. A maioria delas ficou em situação grave, com problemas para pagar as contas.

APROFURG



EDUCAÇÃO, EMPREGO E APOSENTADORIA Professores, estudantes, sindicatos e movimentos sociais marcharam até o Congresso Nacional em protesto contra o governo

Sob o impacto da reforma

> Em Brasília, encontro dos professores teve como tônica a necessidade de manter a mobilização para enfrentar os ataques do atual governo aos direitos dos servidores e à educação pública

ELISA MONTEIRO
enviada especial ao Conad

Sindicatos, professores, estudantes e movimentos sociais participaram na sexta-feira do ato "Educação, emprego e aposentadoria" em Brasília, onde ocorrem os encontros anuais do Andes – o Conad –, e da UNE. A manifestação terminou com uma grande concentração em frente ao Congresso Nacional.

"As pautas não estão isoladas. O que vemos nos países em que a extrema direita venceu é um projeto regressivo. Enquanto não conseguem dar respostas aos problemas da crise e do desemprego, avançam em decretos autoritários como o ataque à autonomia universitária", disse o presidente do Andes, Antonio Gonçalves. "Nesse momento, o governo discute a portas fechadas com pró-reitores um projeto de reforma universitária que nada mais é que um 'vire-se, porque daqui não sai mais dinheiro para educação'", completou.

"Foi um ato grande e importante. Os estudantes, à semelhança do que fizeram no 15M, dão o toque especial à defesa da educação, unindo bandeiras fundamentais como universidade, emprego e aposentadoria", disse o professor da Faculdade de Farmácia da UFRJ, Hélio de Mattos, um dos representantes da Adufrj no Conad.

"Estamos aqui para dizer que nossos pensadores Paulo Freire e Anísio Teixeira ajudaram a construir o Brasil", disse a presidente da UNE, Marianna Dias. "Queremos universidade para estudar, emprego para viver e acesso à aposentadoria, porque ninguém merece trabalhar até morrer", afirmou.

REFORMA

A aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara na noite de quarta-feira gerou impacto sobre o 64º Conad (Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes). Na abertura do encontro, as perdas para os trabalhadores dominaram as falas.

"O Conad está começando um dia depois da votação da reforma da Previdência, que não esperávamos nessa intensidade e velocidade. É positivo que ele esteja refletindo isso", avaliou a vice-presidente e delegada da Adufrj, Lígia Bahia. "À medida que o debate avança, a divisão fica clara: os que consideram o governo forte falam em coesionar e ampliar a base e os que consideram o governo fraco avaliam que as forças de esquerda são culpadas pela pouca mobilização", acrescentou.

O presidente do Andes destacou a organização e a mobilização como principais tarefas frente ao cenário político. Para Antonio Gonçalves, em seis meses de governo, foram muitos os ataques à classe, mas as mobilizações de 15 e 30 de maio pela educação foram "momentos importantes que merecem reflexão como balanço positivo".

O presidente da Adunb (seção sindical dos professores da UNB), Luis Antonio Pasquetti, anfitrião do encontro, defendeu a manutenção do que foi feito no primeiro semestre, com "firmeza na luta contra o retrocesso no direito dos trabalhadores, especialmente na educação".

Sobre a reforma da Previdência, o docente enfatizou o efeito sobre as camadas mais vulneráveis da população. "Vimos a burguesia brasileira nos impondo uma grande derrota para a aposentadoria dos trabalhadores, especialmente para os de ofícios mais simples", disse.

O encontro do Andes na capital federal reúne até domingo (14) 50 delegados, 120 observadores de 58 seções sindicais, 38 diretores do Andes e 210 docentes.

Posse de reitora lota auditório

DA REDAÇÃO
comunica@adufrj.org.br

ALESSANDRO COSTA



POSSE Professores Denise e Fred assumem a reitoria da UFRJ

Cerca de 1.200 pessoas participaram da cerimônia de transmissão de cargos da reitoria da UFRJ, na manhã da segunda-feira, 8, no auditório do Centro de Tecnologia, no Fundão. A professora Denise Pires de Carvalho, primeira mulher em 100 anos a ocupar o posto máximo da maior universidade federal do país, recebeu a pelerine branca - símbolo da magnificência - das mãos do professor Roberto Leher, reitor entre 2015 e 2019. A professora Denise Nascimento passou o cargo para o novo vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha. "Cheguei até aqui porque participei de um amplo movimento pela universidade, pública, gratuita, de qualidade e inclusiva", lembrou o vice-reitor.

Com o auditório lotado de professores, estudantes, técnicos, políticos e autoridades acadêmicas, a cerimônia mostrou a UFRJ unida. O presidente da SBPC, professor Ildeu Moreira, arrancou aplausos ao lembrar que o momento do país é dificílimo e que "as universidades têm um papel importante de resistência contra correntes com visões estreitas de educação".

O professor Roberto Leher fez um balanço de sua gestão, agradeceu à equipe, criticou a reforma da Previdência e celebrou a autonomia universitária. "Sob qualquer parâmetro, a UFRJ é uma instituição de referência. Temos muito orgulho de nos pensarmos como uma instituição de ciência, de tecnologia, mas também por sermos uma instituição cultural", afirmou.

Última a discursar, a nova reitora Denise Pires de Carvalho, formada em Medicina na UFRJ, agradeceu aos familiares, contou que foi a primeira de sua família a se formar em uma universidade e prometeu uma UFRJ diferente nos próximos quatro anos. "É inaceitável a ideia de que devemos recuar por razões econômicas", disse. "Uma nação soberana depende de instituições fortalecidas e autônomas, o que é impossível sem o apoio do governo federal. Funciona assim em todos os países do mundo", explicou a nova reitora. "Os desafios mostram-se imensos, mas imensos também são a minha coragem e o meu otimismo. O maior desafio será manter o caráter público e inclusivo da primeira universidade brasileira, com a excelência que almejamos e o povo brasileiro merece".

Discurso da presidente da Adufrj na cerimônia de posse da nova reitora

MARIA LÚCIA TEIXEIRA WERNECK VIANNA
PRESIDENTE DA ADUFRJ

Nesses dois anos em que estive à frente da AdUFRJ, nosso sindicato, vivi com orgulho e prazer duas situações privilegiadas. A primeira foi quando, ao assumir a presidência da associação, troquei de chapéu com o professor Roberto Leher. Durante anos, ele foi, reconhecidamente, uma liderança sindical e eu desempenhei em algumas ocasiões funções de autoridade administrativa, como diretora, como decana. E então eis que havíamos trocado. Eu me tornaria sindicalista e ele cumpria - e cumpriu -, com coragem e responsabilidade, o papel de dirigente máximo da universidade.

A segunda situação privilegiada estou vivendo hoje, ao saudar, em nome da Associação de Docentes, a primeira reitora da UFRJ. O fato é, em si, substantiva e simbolicamente, de extrema importância. Pela gramatical flexão de gênero, por óbvio, e por tudo que isso representa para todas (e todos) nós, em termos de legitimação da diversidade. Também pelos indícios que expressa, de respeito à autonomia universitária. E, ainda, pela conotação implícita de que a instituição universidade bem como sua razão de existir - o conhecimento - importam.

Mas, se o fato é relevante em si, quando inserido no contexto político atual, clama por especial atenção. Pois que, adepto de atitudes erráticas e, em certos casos, imprevistas e até contraditórias, o governo federal não transmite segurança nas decisões que toma. Nem todos os reitores escolhidos pelas respectivas comunidades acadêmicas foram empossados. Ademais, tem o mau hábito de inverter ditos populares. Primeiro assopra, depois morde, por exemplo.

Especial atenção, no contexto atual, pois, afirmações identitárias não se encontram em curva ascendente de aceitação nas pautas decisórias. Autonomias também não são bem vistas, em particular pelo Presidente da República, que, se já não aprecia a autonomia de agências reguladoras, o que dirá da autonomia das universidades públicas. E o conhecimento, venha ele através das ciências, das artes ou das letras. O conhecimento - ou a preocupação seja com o desenvolvimento nacional seja com a inclusão social pela via do conhecimento - não frequenta sequer a agenda do Ministério da Educação.

Sem dúvida, o caminho que Denise, Fred e seus colaboradores vão trilhar será árduo e atribulado. A escassez de recursos não será compensada por chocolates. Profissionais formados em Veterinária não substituirão professores de Filosofia. Os detratores de sempre e os que agora saíram do armário não vão silenciar. A surucucu, a serpente genuinamente brasileira está à procura de um buraco quente para colocar seu ovo.

Tempos bicudos no horizonte. O projeto de destruição a que o presidente Bolsonaro se referiu logo no início de seu governo, não passa apenas pela Previdência Social. Passa também, e com força, pela universidade pública.

No entanto, o fato relevante se impõe. Se há prenúncio de tempestade, a capitã Denise, a Reitora, está aí, para ser a nossa Carola Rackete. Audácia não lhe falta. E a prudência, que também a cerca, sussurrará em seu ouvido, se necessário, o conselho de Paulinho da Viola. "Faça como um velho marinheiro, que durante o nevoeiro, leva o barco devagar". Boa sorte, Magnífica Reitora Denise.





UM NOVO OLHAR PARA A CIÊNCIA

Evento organizado pela SBPC transformou a Quinta da Boa Vista em palco de divulgação das pesquisas acadêmicas

JULIA NOIA
julia@adufrj.org.br

Os frequentadores da Quinta da Boa Vista encontraram na Ciência um gostoso divertimento, no último dia 7. Dezenas de estandes com experimentos, exposições e atividades culturais transformaram a paisagem do parque. Um dos objetivos da iniciativa era dialogar com o público sobre a importância das universidades e institutos de pesquisa.

Foi o Domingo com Ciência, organizado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) em várias capitais. No Rio de Janeiro, a SBPC contou com a parceria de mais de 20 entidades, entre elas a AdUFRJ, para apresentar 150 atividades aos visitantes.

A AdUFRJ marcou presença na feira com uma barraquinha em que foram distribuídos materiais em defesa da educação pública e de qualidade: "Esse é um dos papéis de uma associação docente de ensino superior. E o evento foi um sucesso", comemorou o diretor Felipe Rosa.

Segundo os organizadores, aproximadamente 4,5 mil pessoas participaram da homenagem ao Dia Nacional da Ciência, Dia Nacional do Pesquisador e os 71 anos da SBPC, celebrados na segunda, 8. "Essa feira é para mostrar que ciência é bonita, interessante e relevante para cada indivíduo e socialmente", disse Ildeu de Castro Moreira, presidente da SBPC. "Temos de mostrar que a ciência, a educação pública e a universidade têm que ser valorizadas, exatamente para que possam fazer muito mais para a sociedade brasileira", completou.

Ildeu ainda observou ser muito simbólica a realização do Domingo com Ciência ao lado do Museu Nacional, que ainda se recupera do incêndio do ano passado.

Alexander Kellner, diretor da unidade, afirmou que a iniciativa também foi importante para reiterar a necessidade de investimento na área. "É mais uma oportunidade de mostrar para a população a pujança da ciência".

Nos movimentados estandes, professores e alunos explicaram seus objetos de pesquisa com calma e paixão aos visitantes. Bernadete Carvalho, docente do Instituto de Microbiologia da UFRJ, elogiou a iniciativa de levar a ciência para fora dos muros da universidade. "Mostrar o conhecimento para a população muda a vida das pessoas e é por isso que nós trabalhamos", afirma. A professora coordena um projeto de extensão que mostra às crianças a importância de lavar as mãos para a prevenção de doenças.

Raquel Carrijo, professora da educação infantil, visitou a feira e considerou a interatividade um aspecto relevante para os pequenos. "Tem tudo que pode fazer com que a criança se interesse pela ciência. É um bom lugar pra ser explorado", disse.

FOTOS:FERNANDO SOUZA



ADUFRJ Os diretores Felipe Rosa e Lígia Bahia distribuíram materiais em defesa da universidade pública



FUTUROS CIENTISTAS evento pode ter despertado a vocação científica em muitos dos pequenos visitantes



AdUFRJ **JORNAL**DA**ADUFRJ** / **REDAÇÃO: COORDENAÇÃO:** ANA BEATRIZ MAGNO **CHEFIA DE REPORTAGEM:** KELVIN MELO **EDIÇÃO** ANA PAULA GRABOIS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ **REPORTAGEM** ANA PAULA GRABOIS, ELISA MONTEIRO, KELVIN MELO E SILVANA SÁ **DESIGN** ANDRÉ HIPPERTT **ESTAGIÁRIAS** GIULIA VENTURA E JULIA NOIA **TI** EDUARDO VALDOSKI **DIRETOR RESPONSÁVEL PELA COMUNICAÇÃO** FELIPE ROSA